

PSICOLOGIA, SAÚDE E TRABALHO: ATUAÇÃO JUNTO A TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA SOCIOEDUCAÇÃO A PARTIR DE UM PROJETO UNIVERSITÁRIO DE EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA

PSYCHOLOGY, HEALTH AND WORK: WORKING WITH SOCIO-EDUCATION WORKERS FROM A UNIVERSITY EXTENSION, TEACHING AND RESEARCH PROJECT

PSICOLOGÍA, SALUD Y TRABAJO: TRABAJANDO CON TRABAJADORES DE SOCIOEDUCACIÓN DE UN PROYECTO DE EXTENSIÓN, DOCENCIA E INVESTIGACIÓN UNIVERSITARIA

Elaine Cristina Schmitt Ragnini¹

Camila Brüning²

Resumo: Este artigo objetiva descrever e refletir sobre as ações de Psicologia, saúde e trabalho que temos criado e desenvolvido por meio da atuação em um Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação, buscando refletir sobre seus efeitos. A partir de um pedido para a intervenção da Psicologia junto a trabalhadoras e trabalhadores que apresentavam sinais de sofrimento e adoecimento no trabalho, operacionaliza-se inicialmente um diagnóstico institucional, que se desdobra em ações de intervenção cuja metodologia de trabalho é que sejam construídas de forma conjunta com as trabalhadoras e trabalhadores. Evidenciamos nos resultados como ao longo de mais de quatro anos de atuação do Projeto desenvolvemos pelo menos sete ações de intervenção junto com trabalhadores e trabalhadoras da Socioeducação que tem tido efeitos positivos, quais sejam: (i) reuniões anuais de abertura dos trabalhos e de devolutiva (fechamento); (ii) diagnóstico institucional; (iii) períodos de permanência na instituição; (iv) grupos operativos; (v) atendimentos clínico-institucionais individualizados; (vi) acompanhamento do sistema de gestão de faltas e controle de adoecimentos; (vii) intervenções na pandemia da Covid-19; sendo que há mais duas ações em desenvolvimento: palestras sobre Psicoeducação e construção coletiva de pesquisas. O artigo analisa e reflete sobre os efeitos que essas ações de intervenção em psicologia, saúde e trabalho tem tido em relação à promoção de saúde de servidores da Socioeducação. Os resultados apontam que não há uma política e nem ações sistematizadas em saúde do trabalhador no sistema socioeducativo, que há um significativo índice de sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho, e que as ações que temos realizado enquanto Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa em Psicologia e Trabalho tem efeitos individuais

¹ Psicóloga. Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6086-238> E-mail: elaine@ufpr.br

² Psicóloga. Doutora em Administração, pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3869-3917> E-mail: camila.bruning@ufpr.br

e coletivos que são considerados positivos, porém insuficientes pelas trabalhadoras e trabalhadores, que demandam uma atenção e ação do próprio Estado para sua situação de sofrimento e adoecimento no trabalho. Esses resultados apontam para a necessidade da construção de um sistema de saúde do servidor que contemple a saúde em geral dessas trabalhadoras e trabalhadores, mas especialmente a saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia. Trabalho. Socioeducação.

Abstract: *This article aims to describe and reflect on the actions of psychology and work that we have created and developed through the work in a University Project for Extension, Teaching and Research in the area of Psychology and Work with socio-educational workers, seeking to reflect on their effects. From a request for the intervention of psychology with workers who showed signs of suffering and illness at work, an institutional diagnosis is initially operationalized, which unfolds into intervention actions whose innovative methodology has been built together with the workers and workers. We will show in the results how, over the more than four years of the project's operation, we have developed at least seven intervention actions together with workers and workers in socio-education, namely: (i) Annual work opening and feedback (closing) meetings; (ii) Institutional Diagnosis; (iii) Periods of stay at the institution; (iv) Operating groups; (v) Individualized clinical-institutional assistance; (vi) Monitoring the absence management and illness control system; (vii) Interventions in the Covid-19 pandemic; and there are two more actions under development: Psychoeducation lectures and Collective construction of research. The article analyzes and reflects on the effects that these actions have had in relation to the health promotion of workers in socio-education. Results show that there is no policy or systematized actions in worker's health in the socio-educational system, that there is a significant index of suffering and illness related to work, and that the actions we have carried out as a University Extension, Teaching and Research Project in Psychology and work has individual and collective effects that are considered positive, but insufficient by workers, who demand attention and action from the State for their situation of suffering and illness at work. These results point to the need to build a server health system that addresses the general health of these workers, but especially mental health.*

Keywords: Psychology. Work. Socio-education.

Resumen: *Este artículo tiene como objetivo describir y reflexionar sobre las acciones de la psicología y el trabajo que hemos creado y desarrollado a través del trabajo en un Proyecto Universitario de Extensión, Docencia e Investigación en el área de Psicología y Trabajo con trabajadores socioeducativos, buscando reflexionar sobre sus efectos. A partir de una solicitud de intervención de psicología con trabajadores que presentaban signos de sufrimiento y enfermedad en el trabajo, se operacionaliza inicialmente un diagnóstico institucional, que se desdobra en acciones de intervención cuya metodología innovadora se ha construido junto a los trabajadores y trabajadoras. Mostraremos en los resultados cómo, a lo largo de los más de cuatro años de funcionamiento del proyecto, hemos desarrollado al menos siete acciones de intervención junto a trabajadores y trabajadoras de la socioeducación, a saber: (i) Apertura y retroalimentación anual de obra (cierre) reuniones; (ii) Diagnóstico Institucional; (iii) Períodos de estadía en la institución; (iv) Grupos operativos; (v) Asistencia clínico-institucional individualizada; (vi) Seguimiento del sistema de gestión de absentismos y control de enfermedades; (vii) Intervenciones en la pandemia de Covid-19; y hay dos acciones más en desarrollo: Charlas de Psicoeducación y Construcción colectiva de investigación. El artículo analiza y reflexiona sobre los efectos que estas acciones han tenido en relación con la*

promoción de la salud de los trabajadores en socioeducación. Los resultados muestran que no existe una política o acciones sistematizadas en salud del trabajador en el sistema socioeducativo, que existe un índice significativo de sufrimiento y enfermedad relacionados con el trabajo, y que las acciones que hemos realizado como Extensión Universitaria, Docencia e Investigación Proyecto en Psicología y Trabajo tiene efectos individuales y colectivos que son considerados positivos, pero insuficientes por los trabajadores, quienes demandan atención y acción del Estado por su situación de sufrimiento y enfermedad en el trabajo. Estos resultados apuntan a la necesidad de construir un sistema de salud del servidor que aborde la salud general de estos trabajadores, pero especialmente la salud mental.

Palabras clave: *Psicología. Trabajo. Educación social.*

Introdução

Este artigo apresenta um trabalho desenvolvido a partir de um Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa em Psicologia, na temática da Psicologia, Saúde e Trabalho, e voltado para a prevenção e promoção de saúde de trabalhadoras e trabalhadores que atuam no Sistema Socioeducativo de um estado do Sul do Brasil. O trabalho, que se iniciou em 2018 e encontra-se em andamento (2021), vem sendo realizado em uma Secretaria Estadual responsável pelo sistema socioeducativo e em dois Centros de Socioeducação (CENSEs). Mantém em sigilo o nome do Projeto, dos Centros e da Secretaria para garantir anonimato da instituição e participantes.

Sendo fruto de um projeto universitário de extensão, ensino e pesquisa, tem-se um objetivo tripartite que busca dar conta do tripé extensão-ensino-pesquisa: na (i) extensão, busca-se no projeto promover uma integração dialógica da universidade com a sociedade, contribuindo para esta com o trabalho universitário, ao mesmo tempo, em que se aprende sobre suas necessidades e o conhecimento que desenvolvem em suas práticas. Especificamente o trabalho que temos desenvolvido se constitui a partir da demanda que foi trazida à Universidade, pela Secretaria Estadual, responsável pela Socioeducação em um Estado Sul-brasileiro, para um trabalho de promoção de saúde junto as suas trabalhadoras e trabalhadores. Neste sentido, temos desenvolvido ações de acolhimento, atendimento, tratamento e orientação aos profissionais da Socioeducação que estão adoecidos e/ou com queixas relacionadas ao sofrimento psíquico, oferecendo uma escuta comprometida com os sujeitos e os processos de subjetivação que envolvem o trabalho e visando a construção de um campo discursivo que viabilize a construção

de laços sociais; no (ii) ensino, as atividades são realizadas por meio da atuação supervisionada de estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia. Tem-se como objetivo enriquecer e ampliar a formação numa metodologia de trabalho em Psicologia que é inovadora e está em pleno desenvolvimento. Além disso, temos operacionalizado eventos e cursos de extensão sobre a temática da Psicologia, Saúde e Trabalho voltada para a comunidade, com especial atenção às trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação e na (iii) pesquisa, o Projeto tem tido dois eixos de contribuição: de um lado (1) temos como objetivo identificar, analisar e dar visibilidade pública sobre como está o contexto de trabalho e a situação de saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores da Socioeducação. A pesquisa, neste sentido, tem sido realizada e tem gerado produtos, alguns já publicados, como Brüning *et al.* (2018), Brüning *et al.* (2021), Bruning, Ragnini e Luz (s/d). E, ao mesmo tempo, (2) temos como objetivo desenvolver e refletir sobre efeitos de estratégias e dispositivos de intervenção em Psicologia, Saúde e Trabalho junto a este campo de atuação.

Temos, portanto, um dos objetivos de nosso Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa desenvolver a metodologia de intervenção em saúde no trabalho que considere uma série de variantes em jogo no processo de adoecimento e saúde relacionados ao trabalho, que possam ultrapassar o espaço do corpo físico e/ou do ambiente de trabalho e que considere as peculiaridades do contexto de trabalho em questão. Intenciona-se que esta metodologia seja desenvolvida em conjunto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação que participam no projeto e multiplicada na Instituição de modo que possa ser replicada para demais Centros de Socioeducação.

Uma vez esclarecido sobre os objetivos tripartites do Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa que temos desenvolvido, cabe esclarecer sobre o que se objetiva especificamente com o artigo que aqui se apresenta. Uma vez que, em trabalhos anteriores já tivemos a oportunidade de publicizar e discutir resultados sobre como está o contexto de trabalho e a situação de adoecimento e sofrimento de trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação, no presente trabalho temos como objetivo o seguinte: descrever e analisar as ações de Psicologia, Saúde e Trabalho que temos criado e desenvolvido por meio da atuação no Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação de uma Secretaria Estadual de Socioeducação e de dois Centros de

Socioeducação localizados em uma cidade da região Sul do Brasil, buscando refletir sobre seus efeitos.

A Socioeducação visa ao atendimento de adolescentes envolvidos em atos infracionais. Trabalhar no sistema socioeducativo implica a atuação direta com os adolescentes e, também, a realização de atividades na área administrativa (controle e processos para a operacionalização das ações), na área técnica (avaliação, educação, formação, assistência social e à saúde), e na área de vigilância e segurança. No Brasil, o Sistema Socioeducativo é um serviço público e desempenhado no âmbito dos estados (semiliberdade e internação) e municípios (demais medidas). Desta feita, parte dos trabalhadores e trabalhadoras da Socioeducação são servidores públicos estaduais, concursados, estatutários, com vínculo e regime de trabalho próprios do sistema de cada estado, parte é concursado, porém com contrato de trabalho temporário (chamado Processo Seletivo Simplificado – PSS) e há trabalhadoras e trabalhadores com vínculo de trabalho terceirizado. É comum que os estados terceirizem atividades como cursos profissionalizantes, limpeza e, em alguns casos, inclusive atividades de segurança, por exemplo.

Embora reconheçamos que o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que atuam na Socioeducação seja mais amplo, neste Projeto, temos somente tido a oportunidade de colaborar com profissionais concursados e PSS que atuam em medidas socioeducativas operacionalizadas em âmbito estadual de semiliberdade e internação, tanto vinculados à Secretaria equivalente à de Justiça, tais como agentes socioeducativos, técnicos e administrativos, quanto à Secretaria equivalente à de Educação, isto é, professores (o nome/sigla das secretarias é mantido em sigilo para não permitir sua identificação). A partir de demanda apresentada para o Departamento de Psicologia de uma Universidade pública federal para uma atuação no sistema socioeducativo visando à saúde de trabalhadoras e trabalhadores, as intervenções que temos realizado junto a diversas instâncias na Instituição tiveram início em 2018, sendo realizadas até o presente momento (2021). Neste artigo apresentaremos o percurso de desenvolvimento das atividades do Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa de Psicologia com foco na saúde do trabalhador da Socioeducação, destacando-se as ações de intervenção desenvolvidas junto com as trabalhadoras e trabalhadores que participam do Projeto e apresentando e discutindo resultados até aqui alcançados com essas ações.

A Socioeducação no Brasil e a atuação estadual

O atravessamento da lei na vida de crianças e adolescentes brasileiros é de longa data, a primeira legislação referente é o Código Mello Mattos, de 1927. Nesse contexto, o termo “menor” era aplicado a crianças que circulavam pelas ruas da cidade, oriundas de famílias pobres, abandonadas, e por vezes envolvidas em atividades relacionadas à criminalidade (COIMBRA; AYRES, 2008). A legislação que veio em substituição a essa foi promulgada em 1979, denominada Código de Menores. Funcionava a partir da Doutrina da Situação Irregular, tendo uma ação considerada como paliativa que não tomava preocupação com o problema do menor em compreendê-lo e atendê-lo, e sim em “tirar de circulação”, o que potencialmente atrapalhava a ordem social (COIMBRA; AYRES, 2008).

Coimbra e Ayres (2008) colocam que, no entanto, a situação de risco considerada para os “menores” estabelecia a família pobre como incompetente pela sua carência de recursos financeiros para manutenção de seus filhos. A situação de pobreza era considerada um problema individual e, portanto, não cabia ao Estado a formulação de políticas que visassem agir sobre essa situação. Ao mesmo tempo, era de responsabilidade do Estado a tutela das crianças, de modo que muitas foram afastadas compulsoriamente de suas famílias. Neste contexto se dá a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964, que origina posteriormente a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), em 1976, que implanta em nível estadual a Política Nacional do Bem Estar do Menor. Funabem e Febem visavam ao atendimento de crianças abandonadas e os então chamados “menores infratores”, e durante décadas foram alvo de denúncias de maus tratos que ganharam notoriedade negativa entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000 (SÃO PAULO, 2021).

Após a redemocratização do Brasil (1988), foi então promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, com vistas a cumprir com as prerrogativas dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal (RODRIGUES, 2015). Nessa nova legislação há substituição do termo “menor” por “criança e adolescente”. É estruturada a partir da Doutrina de Proteção Integral, em que é abandonado o foco do assistencialismo, redirecionando a orientação das ações do Estado, da família (e de toda a sociedade) à proteção integral da criança e do jovem (COIMBRA; AYRES, 2008). É a partir do ECA então que a criança e o adolescente passam a ser considerados cidadãos (RODRIGUES, 2015).

Neste estatuto, mais especificamente no Título III, há disposições sobre a prática de atos infracionais de crianças e adolescentes. São eles considerados inimputáveis, estando sujeitos a cumprir medidas socioeducativas, quais sejam: advertência, reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação (BRASIL, 1990). Esta última é definida como “medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990). Isto significa que deve ser aplicada como último recurso (quando tratar-se de uma infração cometida mediante grave ameaça ou violência à pessoa, reincidência de infrações graves, ou descumprimento reiterado e injustificável de uma primeira medida) devendo haver atividades pedagógicas obrigatórias (BRASIL, 1990).

Para a organização e estruturação das medidas socioeducativas, em 2012, foi promulgada a Lei 12.594, que também institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). De acordo com a lei do SINASE no âmbito estadual, o Sistema Socioeducativo está conferido a uma Secretaria, que é responsável pela gestão, organização, promoção e desenvolvimento do Sistema Socioeducativo estadual. As unidades em que há regime de internação e semiliberdade são chamados Centros de Socioeducação (CENSE). Para cada Estado, há uma estrutura e um número de CENSE específico que, usualmente, se localizam em diferentes cidades do Estado, o número de vagas ofertado também é definido por cada Estado. Para desenvolver o trabalho de Socioeducação com os adolescentes em conflito com a lei, o Estado organiza a estrutura do Sistema, o que implica a contratação de pessoal qualificado. Para sua efetivação, emprega-se, atualmente sob a forma de serviço público: professores, técnicos administrativos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, técnicos em enfermagem, médicos e os agentes de segurança socioeducativos.

Assim, o trabalho em Socioeducação pressupõe a atuação direta com os adolescentes e inclui atividades de avaliação, educação, formação, vigilância, segurança, entre outras (GURALH, 2010a; GURALH 2010b; HERCULANO; GONÇALVES, 2011; PERES DA COSTA, 2011, SANTOS; SILVA, 2011; SOUZA; VENÂNCIO, 2011). Outra característica do trabalho na Socioeducação, no caso nacional, como já fora indicada no texto, mas que merece ser enfatizada: é tratar-se de um serviço público. Desta feita, visa-se compreender como se dá a dinâmica do trabalho no sistema socioeducativo e suas relações com a saúde em geral e a saúde mental em específico.

Saúde e Trabalho: uma apresentação da proposta de atuação

Sendo o objetivo deste artigo descrever e refletir sobre ações de Psicologia, Saúde e Trabalho que temos criado e desenvolvido por meio da atuação em um Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação, buscando a proteção e promoção de sua saúde, consideramos importante apresentar sobre a compreensão de saúde que tem guiado nossas atividades. Neste trabalho adotamos a compreensão de saúde, em sua relação com o trabalho, como a condição de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos de tanto realizar suas aspirações como satisfazer suas necessidades, bem como de mudar ou enfrentar o ambiente, isto é, a saúde é aqui entendida conforme a proposta de Mendes (2007) como um recurso para a vida cotidiana, e não como um objetivo de vida a ser alcançado. Neste sentido, a saúde implica os recursos sociais, pessoais e a aptidão física e psicológica para o desempenho das funções pessoais e sociais, tais como o trabalho.

Já quanto à compreensão aqui adotada sobre a gestão da saúde do trabalhador, compreendemos que além de políticas e ações estabelecidas pelo Estado, as organizações públicas e privadas que empregam trabalhadoras e trabalhadores também são responsáveis por garantir, acompanhar e atender a saúde de seus profissionais. É o que está determinado pela Lei nº 24/94, que define e regulamenta o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) nas empresas. Tanto o setor privado, quanto o público, devem desenvolver os programas internos de acompanhamento e intervenção em situações relacionadas à saúde de suas trabalhadoras e trabalhadores. Pesa, e deve ser discutido, que os casos de adoecimento psíquico relacionados ao trabalho ainda não são devidamente compreendidos e encaminhados. Geralmente o sofrimento e o adoecimento psíquico são abordados no plano particular/individual, não sendo visível no âmbito das organizações de trabalho (RAGNINI, 2014). Nesse sentido, entendemos que para uma efetiva gestão da saúde do trabalhador a compreensão da dinâmica institucional e o controle dos adoecimentos relacionados ao trabalho, podem auxiliar no esclarecimento sobre as condições e dinâmica do adoecimento, o que inclui as condições do ambiente de trabalho, das relações e da dimensão subjetiva que está intimamente relacionada ao trabalho.

Especificamente sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores do sistema socioeducativo, uma revisão sistemática da literatura nacional aponta que são poucas as

produções e intervenções no âmbito dos Estados brasileiros (BASTOS, 2021). Com relação especificamente à atuação da Psicologia em sua interface com o trabalho, observa-se que a saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação foi tomada como objeto de estudo e intervenção em poucos estudos, a partir de diferentes abordagens teóricas. Destaca-se, como exemplo a utilização da abordagem do Stress (SOARES, 2013) e da abordagem cognitivo comportamental (PALMA; NELFELD, 2011), sendo que ambos os artigos se localizam na área da psicologia organizacional.

A proposta de intervenção que se tem construído propõe inovações em relação ao que se encontrou disponível na literatura nacional: destaca-se, primeiramente que buscamos adotar referenciais teóricos interdisciplinares e críticos, tais como, a Teoria da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (FARIA, 2017), em conversação com autores que trabalham com Análise Institucional, tais como Lourau (1995) e Lapassade (1977) e Psicologia Institucional, tais como Guirado (2004a; 2004b) e Bleger (1984).

Além do referencial teórico interdisciplinar para pensar e atuar sobre a saúde e trabalho, a referência na Psicologia Institucional amplia o escopo de análise e atuação que é comumente tratado em trabalhos sobre saúde do trabalhador da Socioeducação: trata-se de uma área de atuação da Psicologia que pretende um trabalho em diferentes campos institucionais ou organizações sociais (escolas, empresas, hospitais, entre outros), visando à promoção da saúde. Para tal, define-se a partir de uma compreensão crítica das relações de poder e da ordenação burocrática no campo institucional. Com isso, neste trabalho expande-se o campo de investigação e atuação para além da dimensão organizacional, buscando uma atuação também no âmbito institucional.

Outra inovação que convém destacar é o fato de que se tomam as intervenções críticas em Psicologia como referencial de embasamento teórico e prático, e tem-se buscado construir a partir disso uma possibilidade de trabalho em Psicologia, Saúde e Trabalho que se afasta em alguns sentidos de abordagens tradicionais. Marcante na metodologia de intervenção que temos proposto são as ações de intervenção que são construídas em conjunto com a instituição, por meio de um trabalho junto às suas trabalhadoras e trabalhadores, de forma que não se trata de uma proposta pronta de aplicação. Em nosso Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa, entendemos o papel da extensão e pesquisa como prática social reflexiva, engajada e potencialmente libertadora e transformativa da realidade social.

Procedimentos metodológicos

Nesta seção, apresentamos os aspectos metodológicos de dois eixos do nosso trabalho - que apenas com finalidade didática se pode pensar em separado, pois na prática ocorrem como uma mesma coisa: (i) primeiramente, apresentamos aquilo que estamos aqui chamando de Metodologia de Pesquisa, isto é, os procedimentos metodológicos da coleta e análise das informações que apresentamos neste artigo com destaque aos aspectos técnicos de metodologia de pesquisa; (ii) em seguida, apresentamos aquilo que estamos chamando de Metodologia de Trabalho, isto é, a metodologia de intervenção (não apenas de pesquisa) que temos realizado no Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação.

Sobre a Metodologia de Pesquisa, quanto às delimitações técnicas dos procedimentos metodológicos de pesquisa que temos realizado, destacamos que o desenho de pesquisa adotado é o da pesquisa-ação (FLICK, 2009). O campo empírico é constituído por uma Secretaria Estadual e dois Centros de Socioeducação (CENSEs) de um Estado da região Sul do Brasil, sendo os participantes da pesquisa-ação as trabalhadoras e os trabalhadores dessa Secretaria e desses dois CENSEs.

Busca-se a utilização de métodos de pesquisa que promovam a real participação das trabalhadoras e trabalhadores na pesquisa, como coautores em um diálogo no qual o conhecimento se constrói de forma colaborativa entre participantes e equipe de pesquisa. Pretende-se, desta maneira, enfrentar a dicotomia tão característica em estudos científicos que tomam o sujeito como objeto de pesquisa e posicionam os pesquisadores como detentores de uma expertise que o sujeito não possuiria (PARKER, 2005).

Este artigo se constitui, portanto, em um relato de pesquisa empírica e considera um trabalho realizado junto com as trabalhadoras e trabalhadores, ao longo de cerca de quatro anos de atuação em um Projeto de Extensão, Ensino e Pesquisa, que se vem desenvolvendo entre os anos de 2018 a 2021. Ao longo desse período, a equipe do Projeto foi constituída por 19 estudantes de graduação e pós-graduação e 3 professoras de um curso de graduação em Psicologia. Os estudantes participantes da equipe estiveram vinculados ao campo empírico via projeto de pesquisa, projeto de extensão, estágio obrigatório e estágio não obrigatório.

A equipe de pesquisa mantém registro de suas atividades em diário de campo, no qual são anotadas as atividades semanais de cada membro da equipe, bem como as percepções sobre observações participantes, além da transcrição de entrevistas realizadas. O diário de campo é de visualização compartilhada entre toda a equipe do projeto, que se reúne semanalmente por 2 horas para análise, interpretação e discussão do caso.

Quanto aos participantes da pesquisa, participam trabalhadoras e trabalhadores de uma Secretaria Estadual e dois CENSEs que ocupam diferentes cargos: representantes das áreas responsáveis pela gestão de pessoas e de processos de saúde e segurança no trabalho na Instituição, bem como agentes de segurança socioeducativos, professores, técnicos administrativos, técnicos de enfermagem, administradores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos, enfermeiros, odontólogos, terapeutas ocupacionais e auxiliares de operação. Até este momento nosso projeto não obteve autorização institucional para atuar junto a trabalhadores terceirizados da instituição, assim, todos os participantes são profissionais concursados, com vínculo estatutário efetivo ou temporário (PSSs). Tomaram parte nas atividades do projeto até o momento cerca de 100 trabalhadoras e trabalhadores (cabe ressaltar que a população desses dois CENSEs e Secretaria perfaz um total aproximado de 200 pessoas. Usa-se um número aproximado, pois o Projeto se desenvolve já há cerca de quatro anos e ao longo do tempo o total de trabalhadoras e trabalhadores nestas unidades variou).

Os procedimentos de coleta de informações compreendem a realização de análises documentais; observação participante na rotina das unidades; entrevistas e acolhimentos psicológicos individuais; reuniões em grupos com os participantes para o trabalho sobre temáticas determinadas pelos próprios; realização de reuniões abertas com as trabalhadoras e trabalhadores - tais como para apresentação e combinado de proposta anual de trabalho, bem como reuniões anuais de devolutiva para a discussão, junto aos trabalhadores, de resultados parciais do trabalho e construção de encaminhamentos.

A primeira etapa de atividades foi realizada a partir de análises documentais, por meio da qual a equipe do projeto buscou uma aproximação exploratória com o campo de empírico: foram identificados e analisados documentos da instituição que dizem respeito à organização formal do trabalho, tais como editais e resoluções referentes à gestão da carreira dos trabalhadores da Socioeducação, bem como cadernos de normas que estabelecem as regras de execução do trabalho formal na organização.

A partir dessa aproximação exploratória com o campo, procedeu-se com a proposta de iniciar um trabalho pela via da construção de um diagnóstico institucional provisório. Para isso foram estabelecidos contatos, reuniões e comunicações com a gestão em nível de Secretaria Estadual e, posteriormente, em nível de direção dos CENSEs, de forma a operacionalizar formalmente os vínculos, termos de compromisso e enquadramento da do trabalho do Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa. Conforme demanda da Instituição, foi construído e formalizado um Projeto de Pesquisa perante Comitê de Ética em Pesquisa (sob o número de registro 15039919.2.0000.0102). Após a aprovação do Projeto de Pesquisa deu-se a inserção da equipe de no campo empírico.

Sobre a Metodologia de Trabalho, isto é, a metodologia de intervenção (que inclui, mas não se limita apenas à de pesquisa) que temos realizado no Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa, a partir das reuniões iniciais com Gestão e Diretores, combinou-se o início do trabalho em primeiramente um CENSE (por eles designado), por meio da realização de um Diagnóstico Institucional. A entrada da equipe do Projeto nesse CENSE ocorre então pela realização do diagnóstico, e a partir dessa ação se busca compreender o contexto de trabalho, a situação de saúde, adoecimento e sofrimento das trabalhadoras e trabalhadores, ao mesmo tempo em que se começa a construir um espaço de diálogo e colaboração com os participantes para a construção conjunta de ações de intervenção subsequentes.

No ano de 2020, a pedido da Gestão, o trabalho é expandido para um segundo CENSE, no qual se inicia a entrada da equipe do Projeto na unidade por meio da mesma ação, pela realização de um Diagnóstico Institucional.

Essa é a Metodologia de Trabalho que temos adotado no Projeto: uma metodologia que consiste em conjuntamente com os participantes do Projeto, isto é, equipe da Universidade e trabalhadoras e trabalhadores da Instituição, construir as ações de intervenção em Psicologia, Saúde e Trabalho que desenvolveremos. Não se trata de uma metodologia de trabalho que já se encontra pronta para ser aplicada independentemente do contexto organizacional/institucional, e sim uma metodologia que se busca personalizável à realidade do contexto específico de trabalho, bem como a demanda e o engajamento das trabalhadoras e trabalhadores para os quais a intervenção se dirige.

Aqui cabe pontuar: embora a Metodologia de Trabalho tenha delineamentos já mais claros de partida, aquilo que aqui estamos chamando de “ações de intervenção” vai sendo

construído em conjunto com trabalhadoras e trabalhadores que participam no Projeto. Algumas dessas ações têm como característica serem de proposição da equipe do Projeto (professoras e estudantes da Universidade), outras serem de proposição dos participantes do Projeto (trabalhadoras e trabalhadores da Secretaria e dois CENSEs), no entanto, todas são apresentadas, discutidas, acordadas, operacionalizadas, realizadas e avaliadas em conjunto. Essa Metodologia de Trabalho se propõe como uma intervenção crítica, e pressupõe uma permanente crítica da intervenção, isto é, exige que constantemente se identifique, analise, reflita e dê direcionamento aos efeitos das ações de intervenção que são realizadas (PARKER, 2005). Assim, também essa crítica, buscamos realizá-la em conjunto: equipe e participantes do Projeto.

Na seção a seguir, apresentamos sobre as ações de intervenção que foram construídas até o momento junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação no Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa que temos desenvolvido propondo reflexões sobre seus efeitos.

Resultados e discussão

Retomando o objetivo deste artigo que é descrever e analisar as ações de psicologia, saúde e trabalho que temos criado e desenvolvido por meio da atuação de Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação, buscando refletir sobre seus efeitos, é importante evidenciar que ao longo de mais de quatro anos de atuação do projeto desenvolvemos pelo menos sete ações de intervenção junto com trabalhadores e trabalhadoras da Socioeducação, quais sejam: (i) reuniões anuais de abertura dos trabalhos e de devolutiva (fechamento); (ii) diagnóstico institucional; (iii) períodos de permanência na instituição; (iv) grupos operativos; (v) atendimentos clínico-institucionais individualizados; (vi) acompanhamento do sistema de gestão de faltas e controle de adocimentos; (vii) intervenções na pandemia da Covid-19, que compreendem adaptações de ações que já vinham sendo desenvolvidas, bem como a operacionalização de novas ações de demanda da instituição, tais como de grupos de acolhimento de luto, e mais (viii) ações ainda em desenvolvimento, tais como palestras de psicoeducação e construção coletiva de pesquisas.

Nesta seção de resultados, apresentamos uma descrição de cada uma dessas ações realizadas, discutindo e refletindo sobre o que já pudemos recolher a respeito de seus efeitos em termos de prevenção/promoção de saúde no trabalho na Socioeducação. Como apresentado na seção de metodologia deste artigo, algumas dessas ações têm como característica serem de proposição da equipe do Projeto ao passo que outras são de iniciativa dos participantes sendo que todas são apresentadas, discutidas, acordadas, operacionalizadas, realizadas e avaliadas em conjunto. No desenvolvimento dessas mais de sete ações de intervenção aqui apresentadas, destaca-se que as primeiras têm como característica serem de proposição da equipe do Projeto, ao passo que as últimas (mais recentes cronologicamente) tem sido de proposição dos participantes. Consideramos este já um dos efeitos do trabalho que se vem realizando - trabalhadoras e trabalhadores tem buscado possibilidades de mudar sua realidade de trabalho de forma mais ativa e protagonista.

O trabalho no Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa na área de Psicologia e Trabalho junto a trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação teve início a partir de uma demanda inicial de trabalho que partiu de uma psicóloga que trabalhava no Sistema e estava afastada da função técnica para trabalhar na gestão do sistema. Ela pedia: “precisamos de uma intervenção em saúde e trabalho, pois nossos servidores estão adoecendo”. A solicitação era a de que fosse realizado um trabalho em todos os Centros de Socioeducação do Estado. Dada à capacidade de trabalho e o dimensionamento de equipe, propusemos iniciar um projeto piloto em um CENSE, mantendo aberta a possibilidade de expansão do trabalho para outros Centros posteriormente.

Um CENSE foi então escolhido a critério da coordenadoria de saúde da Secretaria Estadual responsável pelo sistema socioeducativo do Estado para o início do trabalho. Buscou-se delimitar a demanda e compreender a situação de trabalho e saúde de agentes de segurança socioeducativos e demais trabalhadoras e trabalhadores atuantes neste centro de Socioeducação onde o trabalho do Projeto foi iniciado. Sem saber exatamente do que adoeciam, a equipe do Projeto iniciou o trabalho pela proposta de construção de um Diagnóstico Institucional, a fim de conhecer as relações entre os sujeitos-trabalhadores do sistema e a própria Instituição, delimitando o que faz adoecer e propondo, a partir disso, a construção coletiva com as trabalhadoras e trabalhadores de possíveis ações de intervenções em Psicologia, saúde e trabalho.

Durante os seis primeiros meses de atuação e intervenção de psicologia neste Centro de Socioeducação foram realizadas conversas com diversos atores institucionais sobre a demanda e a abertura para um trabalho em Psicologia Institucional visando à saúde e ao trabalho. Essas conversas ocorreram em diversas reuniões que chamamos de reuniões de apresentação do Projeto, e que objetivavam iniciar uma possibilidade de trabalho com os participantes. Tanto a demanda quanto a abertura para o trabalho foram sinalizadas por atores institucionais posicionados em cargos instituídos de gestão na hierarquia do serviço público estadual para além do Centro de Socioeducação investigado. A demanda foi trazida para a Universidade como uma proposta de colaboração institucional entre Poder Público, em nível estadual, e Universidade. Desde então essa equipe do projeto tem proposto essa ação de realizar reuniões de apresentação do projeto, com finalidade de promover abertura e engajamento de trabalhadores e trabalhadoras nas ações de psicologia, saúde e trabalho tem sido realizada anualmente, no início do ano letivo (segue-se o calendário letivo da Universidade).

A dinâmica dessas reuniões tem adotado os seguintes procedimentos: combina-se com gestão em nível da Secretaria Estadual e com a direção em nível do Centro de Socioeducação a realização das reuniões (são ofertados dois horários para atender os diferentes turnos de trabalho); agenda-se com a gestão e direção as datas e realizam-se os procedimentos burocráticos exigidos pela gestão e direção para que se possa divulgar e operacionalizar a reunião. A partir disso, realiza-se a divulgação e convite a todas as trabalhadoras e trabalhadores para participar da reunião; esclarece-se em todas as comunicações que a participação é voluntária. As reuniões tem tido duração de aproximadamente duas horas e são compostas de dois momentos: (1) em um primeiro momento a equipe do Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa se apresenta (os integrantes da equipe mudam anualmente), e apresenta/retoma as atividades que foram desenvolvidas até o momento; apresenta/retoma os resultados do trabalho; e apresenta uma proposta inicial de atividades para o próximo período anual. (2) Em um segundo momento, a palavra é aberta às trabalhadoras e trabalhadores para que apresentem suas considerações, e para que juntos, equipe e participantes do Projeto conversem e combinem as ações a serem realizadas no período.

Ao final do ano letivo, são realizadas reuniões semelhantes, porém de devolutiva/fechamento do trabalho. De forma análoga, a reunião também é realizada em dois momentos, um de apresentação dos resultados do trabalho realizado ao longo do ano, e outro

de palavra aberta, em que as trabalhadoras e trabalhadores são convidados a compartilharem suas considerações sobre as ações e efeitos das ações realizadas. Ocorre também a despedida de estudantes que se formarão e/ou deixarão de atuar no Projeto. Busca-se ao final dessas reuniões de devolutiva estabelecer se há a vontade e o interesse por parte dos participantes que o trabalho seja retomado e continuado no ano subsequente.

Temos contado com a participação média de 20 trabalhadoras e trabalhadores por reunião tanto de apresentação quanto de devolutiva. Os efeitos dessas reuniões têm sido importantes: para o trabalho do projeto são momentos fundamentais de manifestação de demanda por um trabalho de Psicologia, saúde e trabalho e de firmação de compromisso das trabalhadoras e trabalhadores com as ações que se definem coletivamente e que serão realizadas ao longo do período. Para a promoção de saúde no trabalho essas ações tem sido importantes por promoverem um espaço em que trabalhadoras e trabalhadores podem se escutar, reconhecer e trocar percepções sobre como está seu contexto de trabalho e sua condição de saúde, bem como se colocarem como atores ativos na construção de alternativas para melhorarem sua condição de trabalho e saúde. O fato de que em algumas dessas reuniões, voluntariamente, participam a diretoria do Centro de Socioeducação, e os gestores da Secretaria Estadual, também é apontado como positivo pelos participantes, que veem nestes momentos oportunidade de trazer à atenção de seus superiores hierárquicos queixas e descontentamentos em relação ao seu contexto de trabalho.

Como apresentado na seção de procedimentos metodológicos neste artigo, o Diagnóstico Institucional é uma ação de intervenção que tem sido proposta pela equipe do Projeto como estratégia para iniciar o trabalho junto com trabalhadoras e trabalhadores nos Centros de Socioeducação em que temos atuado. Para a realização de diagnóstico institucional são realizadas entrevistas com servidores, análise de documentos da instituição e do sistema socioeducativo do Estado, bem como observações de campo. As entrevistas são exploratórias e semipadronizadas, realizadas individualmente, e tem como objetivo a compreensão das relações instituídas e dos lugares subjetivos ocupados pelos sujeitos institucionais.

Assim, resultam na produção de diagnóstico das relações instituídas e seus pontos de conflito. Foi até o momento produzido um diagnóstico institucional em um Centro de Socioeducação, sendo que outro, em um segundo Centro, encontra-se em andamento, na etapa de entrevistas. O diagnóstico institucional que já temos provisoriamente finalizado no primeiro

Centro de Socioeducação foi construído a partir de entrevistas com os participantes da instituição, da análise de documentos e de observação da rotina e do cotidiano da instituição. Foram realizadas duas modalidades de entrevistas, sendo elas abertas e semipadronizadas. As entrevistas abertas, exploratórias, foram realizadas com trabalhadoras e trabalhadores de todos os setores do Centro de Socioeducação em estudo, tais como os agentes, professores, técnicos administrativos, gestores, médicos, dentistas, entre outros. Nessas entrevistas iniciais foi possível identificar diferenças significativas nas vivências do trabalho e saúde entre os servidores que atuam nesta instituição.

Estes resultados já foram publicados em outros trabalhos, mas, como exemplo, destacamos que quando perguntados sobre como percebiam sua saúde atualmente, de 52 trabalhadoras e trabalhadores entrevistados, apenas 4 relataram sentirem-se bem. Dos demais: 14 servidores, técnicos e agentes, relataram alguma forma de estresse; houve 8 relatos de pressão alta; 3 relatos de oscilações de humor, 3 de pensamentos negativos recorrentes e 3 de ansiedade; 2 relatos de gastrite, 2 de taquicardia, 2 de impactos em relacionamentos pessoais, 2 de dores no corpo, 2 de insônia e 2 de cansaço. Há ainda relatos singulares sobre esofagite, psoríase, alta taxa de colesterol, problemas de visão e alcoolismo. Além disso, de 52 entrevistados, quase metade (21) alegaram fazer uso de alguma forma de medicamento – sem estabelecer se haveria ou não ligação com o trabalho. Alguns não souberam, não quiseram ou não sentiram a necessidade de nomear a medicação em uso. Pudemos identificar 3 tipos de medicamentos sendo utilizados pelos trabalhadores: (i) psicofármacos (relatado em oito entrevistas); (ii) hipotensores (relatado em 4 entrevistas); e (iii) fármacos relacionados a problemas gastrointestinais (relatado em uma entrevista).

Esses achados iniciais foram então investigados em maior profundidade por meio de entrevistas semipadronizadas (FLICK, 2009), na qual se buscou estabelecer um diálogo com trabalhadoras e trabalhadores sobre os seguintes pontos de investigação: (1) dados gerais de perfil social; (2) história na instituição – a fim de explorar história de vida e o que na historicidade desses sujeitos se atualizava na história dessa instituição, se trabalhou em outras unidades socioeducativas; (3) categoria profissional – explorou-se aspectos da rotina, ações realizadas e relação subjetiva com estas, motivação, planos em relação ao trabalho; (4) relações de trabalho – dos servidores entre si e com os adolescentes; (5) saúde – investigou como os funcionários percebem sua saúde e bem-estar, se apresentam algum problema de saúde, se

fazem uso contínuo de medicamentos, se já precisaram ser afastados do trabalho por motivos de saúde, se percebem uma relação do trabalho com a saúde; (6) relação com o local de trabalho como um todo – buscou entender como os servidores veem o local de trabalho, o que mudariam e não mudariam, e o que esperariam de uma intervenção de psicologia na instituição.

No início de cada entrevista, foi apresentado e solicitado assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha explicações sobre os objetivos da pesquisa e intervenção e descrição do procedimento de entrevista. As entrevistas tiveram duração média de 1 hora, foram gravadas com autorização dos participantes e posteriormente transcritas. As transcrições foram então analisadas conforme método de Análise de Conteúdo Temática Axial, tal como proposto por Flick (2009).

Com o intuito de manter em sigilo qual o Centro de Socieducação investigado, não serão divulgados os números absolutos de população e amostragem abordadas nesta ação de intervenção, no entanto, cabe ressaltar que a técnica de amostragem adotada foi a Amostragem Teórica, também chamada de Amostragem Gradual por Flick (2009), na qual o intuito não é atingir um percentual estatisticamente representativo da população total, mas conversar com quantos novos participantes sejam necessários até que se atingisse aquilo que o autor denomina de saturação teórica: conforme a proposta de Flick (2009) a amostra foi realizada gradualmente num processo contínuo de coleta e análise de dados em que se procedeu com a realização de novas entrevistas até que se identificou que pouco de substancialmente novo, isso é, que tratava de nova temática não identificada até o momento, aparecia em cada nova entrevista com participantes diferentes. No estudo diagnóstico, considerou-se saturação teórica e interrompeu-se a coleta de novos dados via entrevistas individuais num momento em que se havia entrevistado 37% do total de trabalhadoras e trabalhadores da instituição.

Todas as trabalhadoras e trabalhadores do Centro de Socioeducação foram convidados a participar da pesquisa diagnóstica, o convite foi realizado diretamente pela equipe do Projeto e também intermediado pela direção do referido CENSE. A equipe procedeu com os convites tanto por envio de mensagem em e-mail institucional dos colaboradores, afixação de cartazes com convite em murais e editais na instituição, e por meio de convites em conversas informais realizadas pela equipe de pesquisa durante seu tempo de permanência semanal na instituição. Os convites intermediados pela direção foram realizados a partir de iniciativa da mesma, por meio de conversas entre diretores e trabalhadoras e trabalhadores sem que um critério de

escolha dos participantes tenha sido estabelecido pela equipe do Projeto. A participação na pesquisa era voluntária, e isso foi esclarecido com a direção assim como no início de cada entrevista, no entanto alguns participantes convidados pela direção expressaram terem compreendido que a participação na pesquisa era uma determinação da direção. Nesses casos, foi reforçada junto aos participantes sua liberdade em participar ou não da pesquisa diagnóstica. Houve casos de entrevistados que nesse momento optaram por não dar continuidade à sua participação.

Como resultado das entrevistas, pode-se indicar a identificação de alguns atores institucionais, como: o gestor com visão de Socioeducação; o gestor com visão de segurança; agentes de segurança socioeducativos – com visão de Socioeducação e com visão de segurança; Professores; Equipe Técnica. A visão que cada ator possui da Socioeducação tem relação direta com seu fazer e a operacionalização das orientações de Socioeducação. Mas também com o sentido do trabalho e a realização profissional no e pelo trabalho. Identificou-se a existência de disputas e alianças entre os atores institucionais, o que corrobora para o estabelecimento de conflitos, mas também das alianças para resolvê-los ou fazer os enfrentamentos do que se coloca institucionalmente. Em relação às condições de trabalho identificaram-se relatos de que a infraestrutura é inadequada, existe falta de materiais e de servidores, e ocorre a responsabilização individual de trabalhadoras e trabalhadores por problemas que estão no nível de gestão, além da possibilidade de violência no cotidiano do trabalho. Estes dois últimos aspectos, especialmente, produzem sofrimento psíquico aos servidores, gerando estresse, sintomas depressivos e de ansiedade. Inclusive, há alguns servidores com diagnóstico de síndrome do pânico, além de outros que apresentam somatizações diversas e hipertensão.

Tais condições interferem diretamente na organização do trabalho, causando sobrecarga de trabalho em alguns servidores, o que também se relaciona com o adoecimento psíquico de outros. Além disso, o salário é entendido como insuficiente para a manutenção de uma condição adequada de vida. Ainda, alguns servidores relatam que fazem uso de parte de sua remuneração para a realização de algumas atividades no Sistema. Sobre as relações de trabalho, pudemos identificar que, no que concerne às relações entre colegas, há conflitos e contradições. Por vezes essas relações se apresentam tanto como um refúgio no trabalho, dita por alguns como a única

“coisa boa” no trabalho, quanto como também sendo produtora de sofrimento para outros, que divergem da cultura instituída na organização.

A internação do adolescente no sistema, enquanto medida socioeducativa, vista sob o prisma da saúde das trabalhadoras e trabalhadores, mostra-se como sendo uma teia complexa para a realização do trabalho. As contradições entre o que é proposto na lei e o que o Estado efetiva são sentidas no dia-a-dia desses profissionais, na falta de materiais, nas punições que recebem quando algo “dá errado”, e no sofrimento de cada um deles. O Diagnóstico Institucional, então, apontou elementos conflituosos na relação com o trabalho, que estão relacionados tanto à estruturação e dinâmica da organização, quanto à organização psíquica e vivência subjetiva do trabalho por parte dos servidores. Destaca-se que esses conflitos podem ser lidos à luz do mal-estar no trabalho, e que eles têm efeitos para a saúde em geral e a saúde mental das trabalhadoras e trabalhadores.

Retiramos disso que os efeitos de se iniciar um trabalho de Psicologia, Saúde e trabalho junto a trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação por meio da proposta e realização de um Diagnóstico Institucional tem sido importantes: para o trabalho do Projeto possibilita à equipe conhecer sobre o contexto de trabalho e situação de saúde, adoecimento e sofrimento no trabalho, além de, por meio dos vários contatos com os participantes, permitir à equipe apresentar o Projeto para diversas trabalhadoras e trabalhadores da instituição, ao mesmo tempo em que permite que nesses contatos os participantes conheçam os membros da equipe, e inicie-se um processo de diálogo e colaboração que se pode continuar em outras ações de intervenção. Já para a promoção de saúde no trabalho, a realização e devolutiva dos resultados do Diagnóstico Institucional também é apontado pelos participantes como tendo um efeito importante, uma vez que permite que a equipe do Projeto sistematize e apresente às trabalhadoras e trabalhadores participantes uma “fotografia” de como relatam que está sua condição de trabalho e saúde, que engloba a visão de múltiplos sujeitos. Os momentos de devolutiva do Diagnóstico Institucional ocorreram nas reuniões de devolutiva (conforme apresentado no ítem (i) desta seção), e foram acompanhados de considerações dos participantes de surpresa e sentimentos positivos de verem que algumas coisas que vivenciam são vivenciadas também pelos colegas, de reconhecimento mútuo, de acolhimento, além de identificar pontos comuns do contexto de trabalho que percebem como problemáticos, buscando direcionar ações para a mudança desses aspectos.

Outro efeito destacado da realização e apresentação de resultados do Diagnóstico Institucional pelas trabalhadoras e trabalhadores participantes foi a potencialidade desse artefato (documento/ texto/ apresentação) para dar visibilidade e legitimidade (pois entendem que uma vez que foi produzido via “método científico” então “provam” seu sofrimento) a queixas/denúncias a respeito de aspectos do contexto de trabalho na Socioeducação que percebem como problemáticos. Participantes propuseram que o material produzido fosse apresentado à gestão da Secretaria Estadual e a instâncias mais altas na gestão estadual “para que conhecessem a realidade do seu trabalho no CENSE”. A equipe do Projeto esclareceu que não assume esse papel de comunicação com as demais instâncias institucionais, mas que se disponibiliza para um trabalho conjunto em que os próprios participantes possam se utilizar dos resultados do Diagnóstico Institucional para que realizem as ações de enfrentamento e negociação que acreditem ser apropriadas. Desde então algumas ideias de produção conjunta de documentos, pesquisas, e outros artefatos têm sido propostas pelos participantes para que sejam desenvolvidas no Projeto, como se verá, algumas dessas ideias propostas pelas trabalhadoras e trabalhadores têm sido realizadas em ações de intervenção e tem apresentado efeitos positivos.

Além das (i) reuniões de apresentação e devolutivas, e (ii) do Diagnóstico Institucional uma terceira ação de intervenção que foi proposta pela equipe do Projeto às trabalhadoras e trabalhadores deste primeiro Centro de Socioeducação onde se começou o trabalho foi a realização de períodos de permanência da instituição. A equipe de psicologia vinculada ao Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa disponibilizava horários de permanência na instituição. A cada semestre esses horários eram alterados, em função da dinâmica da instituição e disponibilidade da equipe. Procuramos manter ao menos quatro períodos de 4 horas de permanência na semana, em uma sala destinada à equipe. Nesta sala, trabalhadoras e trabalhadores podiam localizar a equipe nos horários de permanência, passar para conversas breves conforme sua demanda, agendar horários para conversa sobre situações de trabalho, tirar dúvidas sobre as atividades do Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa e marcar atendimentos individuais.

Como nos indica Guirado (2009), é fundamental, enquanto psicologia, constituirmos um lugar na instituição, para que se possa ter compreensão das práticas em que se está inserido, do movimento dos grupos nessa prática e da “apropriação daquele que se configura seu objeto,

aquilo em nome de que a instituição se faz” (GUIRADO, 2009, p. 332). Assim, localizar o trabalho da psicologia a partir do motivo de existência da instituição e todos os desdobramentos dessa existência, é condição essencial para fundamentar um trabalho não na lógica de um saber pré-constituído sobre a dinâmica dos grupos e a saúde das trabalhadoras e trabalhadores, mas na lógica de um saber a ser construído sobre essa dinâmica com quem faz parte da instituição e nela adoece. Dentre os efeitos que recolhemos da realização desta ação podemos destacar que a manutenção da permanência deste espaço possibilitou um vínculo com a instituição, demarcar o lugar de trabalho e articular as demais ações do Projeto.

Inicialmente o projeto focou a realização das ações anteriormente descritas: (i) reuniões, (ii) Diagnóstico Institucional e (iii) permanências, no entanto, à medida que o trabalho foi acontecendo, fomos tendo como efeito uma participação mais ativa de trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação, tendo partido deles a proposta de realização de um trabalho em grupo, como “rodas de conversa”, metodologia que conhecem dado um trabalho de pedagogia na Socioeducação. A partir desse interesse em trabalhar em grupos, chegamos à proposta conjunta da realização de grupos operativos. Segundo Pichon-Rivière (1991), o grupo operativo é um “conjunto de pessoas reunidas por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe, implícita ou explicitamente, uma tarefa que constitui sua finalidade” (p. 157). Um dos objetivos da técnica dos grupos operativos é o de auxiliar na minimização dos medos básicos e o de favorecer o rompimento dos estereótipos que funcionam como barreira à mudança. Esses grupos também podem resultar em benefícios terapêuticos.

A proposta do trabalho com os grupos operativos é que cada integrante do grupo possa compartilhar suas ideias e necessidades a partir de um tema escolhido, identificando as possibilidades e limites da realização de um trabalho comum e fazendo as aberturas para que um novo modo de fazer se realize na dinâmica do cotidiano da instituição. Ou seja, quando o grupo aprende a problematizar as dificuldades que emergem no momento da realização de suas tarefas, é possível dizer que ele entrou em trabalho operativo. Nesse momento, a elaboração de um projeto comum é possível e o grupo pode construir um projeto de mudança.

No ano de 2019, foram realizados dois grupos operativos, um com professores e outro com agentes da Socioeducação e técnicos. Todas as trabalhadoras e trabalhadores de um Centro de Socioeducação foram convidados a participar dos grupos, tanto por intermédio da direção

da unidade, quanto da própria equipe do Projeto. A participação era voluntária, e foram agendados horários de encontro dos grupos no próprio local e horário de trabalho conforme disponibilidade dos participantes durante um período de 4 meses. Foram realizados 14 encontros quinzenais, com aproximadamente 2 horas de duração cada, tendo uma média de 8 participantes, mais a presença de dois membros da equipe do Projeto, um atuando como coordenador e outro como observador e auxiliar.

As temáticas debatidas foram: o Diagnóstico Institucional realizado, e a partir dele, com o objetivo de pensar a situação de saúde no trabalho e intervenções possíveis foram estabelecidos pelos participantes o trabalho das seguintes temáticas: depressão, ansiedade, estresse, cultura institucional, organização, condições, rotina, significado do trabalho e relações de trabalho. Os primeiros encontros dos grupos começaram com a discussão sobre Diagnóstico Institucional, e a depender do que foi sendo levantado nas discussões, os participantes e a equipe do Projeto definiam as possibilidades de ação e o que seria discutido na sequência. Pela dinâmica da instituição imprimida pela carga horária de plantões, os encontros dos grupos operativos aconteceram numa frequência quinzenal.

Como efeitos dessa ação de intervenção pudemos recolher que a partir desse trabalho de escuta e de mobilização de cada um a partir da sua posição na instituição, compreende-se que é possível “aplicar as regras de funcionamento da linguagem e buscar brechas, espaços, para fazer com que possam emergir falas de sujeitos, que buscam operar rachaduras no que está cristalizado, uma vez que os discursos institucionais tendem a produzir repetições para preservar o igual” (KUPFER, 2004). Assim, o objetivo da psicologia é trabalhar na direção de propiciar a emergência desses discursos e posições.

Como principais efeitos dos grupos operativos, podemos citar ainda: a organização de um conhecimento sobre a instituição, sua dinâmica e os elementos geradores de conflito no trabalho; a reflexão sobre a identidade profissional e o sentido do trabalho no Sistema Socioeducativo; reconhecimento de elementos relacionados ao sofrimento e adoecimento no trabalho; organização pelas trabalhadoras e trabalhadores de uma rede de proteção e cuidado no trabalho.

Assim como no caso da ação de intervenção (iv) grupos operativos, o desenvolvimento de Atendimentos clínico-institucionais individualizados também foi uma ação de intervenção que partiu de demanda e proposta das trabalhadoras e trabalhadores participantes do Projeto.

Os atendimentos clínico-institucionais consistem em atendimentos clínicos individuais a trabalhadoras e trabalhadores que solicitam o atendimento para a equipe do Projeto. O pedido é feito no contexto da permanência, ou por e-mail, e o trabalhador pode ser atendido por membros da equipe do Projeto na Clínica de Psicologia da Universidade ou na própria sala da equipe no CENSE para a realização dos atendimentos. Identificamos ser comum a queixa de dificuldade em ser atendido por um psicólogo na rede de assistência do governo do Estado, ou mesmo na rede de saúde pública. Esse contato com a equipe do Projeto viabilizou o atendimento desses sujeitos-trabalhadores, dando condições para que a palavra pudesse ser colocada onde havia angústia, estresse, ansiedade e estados depressivos.

Nos atendimentos realizados pela equipe do Projeto, pode-se notar que parte das trabalhadoras e trabalhadores que buscou o serviço de atendimento clínico-institucional fazia uso de medicação psicotrópica. E em algum momento do percurso profissional, eles haviam sido atendidos por psiquiatras, os atendimentos sustentaram um local de fala e escuta sobre os impasses dos sujeitos, mas que se localizam no trabalho. Como efeito, pode-se indicar um questionamento dessas trabalhadoras e trabalhadores sobre seu adoecimento e sofrimento (RAGNINI; DARRIBA, 2017), assim como a diminuição das ausências no trabalho. Para se manter vivo e trabalhando, mas também podendo questionar seus sintomas e seu sofrimento, encontrou-se na fala uma saída possível.

Diferentemente das ações anteriormente apresentadas que foram propostas pela equipe ou pelos participantes do Projeto, nas quais se encontrou uma possibilidade de trabalho conjunto para sua realização, há uma proposta de ação que tem sido apresentada pela equipe do Projeto e que tem encontrado obstáculos em sua realização: trata-se de um acompanhamento do sistema de gestão de faltas e controle de adoecimentos. Essa proposta de trabalho foi indicada pela equipe do Projeto a partir do Diagnóstico Institucional realizado. Identificou-se que não havia um sistema integrado de acompanhamento do absenteísmo, nem mesmo um controle sobre as causas dos afastamentos do trabalho. A proposta era compreender o motivo ou a sintomatologia característica do sofrimento e dos adoecimentos no trabalho nestes Centros de Socioeducação e propor intervenções no âmbito da saúde em geral e da saúde mental no trabalho.

A ação de intervenção não encontrou ainda forma de efetivação, com a justificativa de que os atestados são entregues ao serviço de perícia da saúde ocupacional do Estado, que congrega todas as trabalhadoras e trabalhadores estaduais, não havendo uma congregação ou

análise dos dados específicos dos servidores da Socioeducação, e de que não há um controle de faltas e atestados sistematizado no nível do Centro de Socioeducação ou da Secretaria Estadual que possa ser acessado pela equipe do Projeto. Esse fato demonstra a ausência das ações de controle e acompanhamento em saúde ocupacional no Sistema de Socioeducação nesse Estado, o que, de certa maneira, dificulta a compreensão sobre o processo de saúde e doença e a proposição de ações e programas que possam auxiliar as trabalhadoras e trabalhadores na manutenção e promoção de sua saúde. A equipe do Projeto insiste num esforço de implementação dessa ação de intervenção, por considerar ser fundamental em um trabalho de promoção de saúde do trabalhador que acompanhamento e controle sejam realizados.

Durante a pandemia da Covid-19, as ações de intervenção do Projeto de Extensão, Ensino e Pesquisa foram suspensas entre os meses de março a outubro de 2020, tendo retornado em novembro de 2020. De lá para cá, as ações de intervenções foram adaptadas para serem realizadas de forma remota, concentrando-se nas seguintes: realização de permanência de forma remota nos dois Centros de Socioeducação; realização de entrevistas remotas para a realização de Diagnóstico Institucional no Centro que que começamos a trabalhar mais recentemente; realização de grupos operativos remotos no Centro no qual os grupos operativos já eram realizadas presencialmente; realização de atendimentos clínico-institucionais individualizados remotos (disponíveis para trabalhadoras e trabalhadores de ambos os CENSEs); de Palestras Psicoeducação com temáticas relacionadas à Psicologia, saúde e trabalho (disponíveis para trabalhadoras e trabalhadores de ambos os CENSEs); realização grupos de acolhimento do luto (realizados com trabalhadoras e trabalhadores de ambos os CENSEs).

A principal mudança na metodologia das ações de intervenção foi o sistema de comunicação com os servidores e o fato de que alguns se encontravam em trabalho remoto. Um efeito importante dessa mudança foi que se passou a depender mais da direção dos CENSEs e de um servidor determinado para que a comunicação com as trabalhadoras e trabalhadores fosse realizada. Ainda sobre os efeitos dessas adaptações, cabe destacar que o trabalho remoto e em escala causou mobilizações nas equipes de trabalho, indicando sobrecarga por parte de uns e medo de estar na instituição por parte de outros. Considerou-se assim que a experiência de permanecer no Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa, ainda que de forma remota, já que os CENSEs estavam funcionando de forma restrita e fechada para entrada da equipe do Projeto de forma presencial para conter as contaminações e possíveis surtos da Covid-

19 na instituição, foi fundamental para a garantia do lugar de palavra para as trabalhadoras e trabalhadores na instituição. Pudemos compreender ao longo da realização destas ações durante a pandemia que com o novo estado de vigilância em saúde imposto pela pandemia, as relações de trabalho e os afetos no trabalho sofreram importantes modificações, seja pela falta de contato físico e o novo modo de trabalhar (com quadro reduzido de funcionários e trabalho remoto), seja pelo excesso de trabalho e a exposição frequente ao contexto do mundo em pandemia. A falta ou o excesso aparecem na instituição como mobilizadores das energias psíquicas, podendo promover incertezas, angústias e outros sintomas.

Como apresentado na seção de metodologia deste artigo, e no início desta seção de resultados e discussão, algumas das ações de intervenção que temos desenvolvido têm como característica serem de proposição da equipe e outras de iniciativa dos participantes do Projeto, sendo que temos percebido como efeito das ações ao longo do tempo que mais recentemente as ações de iniciativa das trabalhadoras e trabalhadores têm se tornado mais frequentes e inovadoras. É o caso das ações já desenvolvidas nos grupos operativos, dos atendimentos clínico-institucionais individualizados e dos grupos de acolhimento de luto, que foram demandas de ações que participantes apresentaram à equipe do Projeto a partir de modelos e dispositivos de trabalho que reconheciam como próprios de uma certa ideia que tinham a respeito do que seria um trabalho de Psicologia. Desde março de 2021 temos desenvolvido uma ação proposta pelos participantes de levar referências teóricas da área de psicologia para embasar seu conhecimento sobre temas de saúde e trabalho. Essa proposta tem resultado numa ação que chamamos de Palestras de Psicoeducação.

As Palestras de Psicoeducação consistem em eventos de extensão, em que membros da equipe do Projeto realizam palestra sobre tema da Psicologia elencado como sendo de interesse dos participantes. A palestra é seguida de roda de conversa em que trabalhadoras e trabalhadores presentes podem trazer suas considerações, relacionar as temáticas apresentadas à sua realidade de trabalho, e/ou dar o encaminhamento que melhor entenderem para o momento de conversa entre pares. Até o momento foram realizadas quatro Palestras de Psicoeducação: duas sobre as temáticas de emoções e afetos no trabalho (ofertadas em horários diferentes, para dar conta das diferenças de turno nos CENSEs), e duas sobre estigmas sobre a saúde mental. Há previsão de serem realizadas palestras sobre as temáticas de uso de medicamentos e trabalho, e sentido do trabalho. As palestras até o momento foram realizadas

de forma remota, contaram com a participação média de 15 participantes cada, e tiveram cerca de 2 horas de duração. A avaliação dessas ações ainda não foi realizada junto com os participantes, mas o que já recolhemos de seus efeitos é que se trata de mais um espaço para troca, reconhecimento mútuo, acolhimento e formação de sentido de coletividade entre os participantes.

Mais recentemente, temos recebido propostas de ações por parte das trabalhadoras e trabalhadores que participam no Projeto que consideramos mais inovadoras em termos do que tradicionalmente é tido como um trabalho tradicional de Psicologia, e damos especial destaque à proposta de ação que temos chamado de Construção Coletiva de Pesquisas. Desde a primeira reunião de devolutiva realizada junto aos trabalhadores do primeiro CENSE no qual temos atuado, na qual se apresentaram resultados do Diagnóstico Institucional, a ideia de ter um documento resultado de pesquisa científica que “prove” que as queixas das trabalhadoras e trabalhadores sobre seu contexto de trabalho são prejudiciais à sua saúde e que precisam ser “conhecidas pelo Estado” para que “mudem o que está ruim”, é apontada por alguns participantes como uma solicitação que trazem à equipe do Projeto. Temos trabalhado essa solicitação, de forma que trabalhadoras e trabalhadores que se sintam engajados na construção deste “documento” tomem parte na produção do mesmo, e deem a ele o encaminhamento que julgam necessário. A ação de intervenção que temos coletivamente construído a partir disso é a de pensar uma possibilidade de Construção Coletiva de Pesquisas sobre o contexto de trabalho e situação de saúde nesse Centro de Socioeducação.

Esta ação está ainda em desenvolvimento, até o momento, o que realizamos foi o seguinte: membros da equipe do Projeto ficaram responsáveis por realizar uma revisão sistemática da literatura buscando levantar o que já existe disponível na literatura científica nacional sobre a condição de trabalho e saúde de pessoas que trabalham na Socioeducação. Esta revisão foi realizada e encontra-se publicada no trabalho de Bastos (2021). Foram realizados dois eventos de extensão no qual trabalhadoras e trabalhadores desse CENSE (de onde partiu a demanda) foram convidados a participar para apresentação e discussão dessa revisão de literatura. Esses eventos de extensão seguiram o modelo das Palestras de Psicoeducação: foram divididas em 2 momentos, um de apresentação, seguido por uma roda de conversa, e tiveram média de participação semelhante cerca de 15 participantes cada. Também, tiveram cerca de 2

horas de duração, a análise, reflexão, avaliação direcionamento dos efeitos dessas ações ainda está por ser realizada.

Conclusões e considerações finais

Este artigo teve como objetivo descrever e analisar as ações de Psicologia, saúde e trabalho que temos criado e desenvolvido por meio da atuação em um Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação de uma Secretaria Estadual de Socioeducação e de dois Centros de Socioeducação localizados em uma cidade da região sul do Brasil, buscando refletir sobre seus efeitos. Foram apresentados e discutidos os efeitos de seis ações de intervenção, quais sejam: (i) Reuniões anuais de abertura dos trabalhos e de devolutiva (fechamento); (ii) Diagnóstico Institucional; (iii) Períodos de permanência na instituição; (iv) Grupos operativos; (v) Atendimentos clínico-institucionais individualizados; (vi) Acompanhamento do sistema de gestão de faltas e controle de adoecimentos.

Além disso, foram apresentadas e discutidas as adaptações de ações que foram realizadas em decorrência da pandemia da Covid-19, que compreendem adaptações de ações que já vinham sendo desenvolvidas, bem como a operacionalização de novas ações de demanda da instituição, tais como a realização de grupos de acolhimento de luto, em razão do falecimento de servidores em decorrência da Covid-19 nos dois CENSEs em que o Projeto atua. O artigo apresentou ainda as ações que estão em desenvolvimento, tais como Palestras de Psicoeducação e Construção Coletiva de Pesquisas, cuja análise e avaliação ainda não foi realizada juntamente com os participantes do Projeto, de modo que pouco se pode recolher neste momento a respeito de seus efeitos. Uma vez que em trabalhos anteriores já tivemos a oportunidade de apresentar sobre como está o contexto de trabalho e a situação de adoecimento e sofrimento de trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação, no presente trabalho estes resultados foram apresentados apenas superficialmente, de modo a exemplificar a origem das demandas ou os efeitos das ações que temos realizado, porém o enfoque do artigo recaiu sobre as ações de intervenção e os efeitos do trabalho.

Consideramos que o artigo com foco na Metodologia de Trabalho que temos desenvolvido nesse Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa junto com

trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação é necessário, pois se trata de proposta de intervenção que propõe inovações em relação ao que se encontrou disponível na literatura nacional a respeito de como tradicionalmente se trabalha pela via da Psicologia, Saúde e Trabalho a questão da saúde, sofrimento e adoecimento das pessoas que trabalham na Socioeducação. É nosso interesse que essa proposta de trabalho seja conhecida e discutida perante a comunidade acadêmica, para que do diálogo entre os pares também amplie a reflexão crítica sobre essa forma de intervenção.

Destacam-se como diferenciais da Metodologia de Trabalho que se adota no Projeto o fato de adotar referenciais teóricos interdisciplinares e críticos (Teoria da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais, Análise Institucional e Psicologia Institucional); ampliar o escopo de análise e atuação que é comumente tratado em trabalhos sobre saúde das pessoas que trabalham na Socioeducação por meio de uma compreensão crítica das relações de poder e da ordenação burocrática no campo institucional, com isso expandido o campo de investigação e atuação para além da dimensão organizacional, buscando uma atuação também no âmbito institucional; e, finalmente, tomar como referência intervenções críticas em psicologia como referencial de embasamento teórico e prático, buscando partir disso construir uma possibilidade de trabalho em Psicologia, saúde e trabalho nas quais as ações de intervenção são construídas em conjunto com a instituição, trabalhando conjuntamente com suas trabalhadoras e trabalhadores, pois entendemos que é esse o papel da Extensão Universitária e da Pesquisa como prática social reflexiva, engajada e potencialmente libertadora e transformativa da realidade social.

Neste artigo, apresentamos os efeitos que essas ações de intervenção em Psicologia, saúde e trabalho têm em relação à promoção de saúde de servidores da Socioeducação. As ações que temos realizado enquanto Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa em psicologia e trabalho têm efeitos individuais e coletivos, que são considerados positivos pelas trabalhadoras e trabalhadores participantes do projeto, o que culmina na demanda pela continuação das atividades ano a ano.

Pode-se evidenciar que as ações de intervenção desenvolvidas propiciaram aberturas para o diálogo e a mobilização da dimensão subjetiva das trabalhadoras e trabalhadores na instituição. Além disso, percebemos como trabalhadoras e trabalhadores têm se mostrado mais propositivos, inovadores e participativos na proposta de ações que visem à promoção de sua

própria saúde. Retiramos disso que há certo protagonismo que vem sendo amplificado nas trabalhadoras e trabalhadores e um alargamento de seus recursos para modificar seu contexto de trabalho. Tomamos isso como evidência de uma melhora em sua condição de saúde.

Fazemos essa afirmamos a partir da nossa compreensão de saúde em relação com o trabalho, que como apresentamos neste artigo segue o proposto por Mendes (2007b), e diz respeito à condição dos sujeitos de realizar suas aspirações, satisfazer suas necessidades, bem como de mudar ou enfrentar o ambiente, isto é, como um recurso para a vida cotidiana que implica os recursos sociais, pessoais e a aptidão física e psicológica para o desempenho das funções pessoais e sociais, tais como o trabalho. Embora tenhamos recolhido efeitos positivos das ações realizadas via o Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa, identificamos também que as ações do Projeto são consideradas insuficientes pelas trabalhadoras e trabalhadores, que demandam uma atenção e ação do próprio Estado para sua situação de sofrimento e adoecimento no trabalho.

Destacamos como os resultados de nossas investigações apontam que não há uma política e nem ações sistematizadas em saúde do trabalhador no sistema socioeducativo, e que há um significativo índice de sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho. Esses resultados, assim como o referencial teórico e a compreensão de gestão de saúde no trabalho que aqui adotamos, apontam para a necessidade da construção de um sistema de saúde do servidor que contemple a saúde das pessoas que trabalham na Socioeducação nesse Estado. Nossas propostas de intervenção em psicologia, a partir de um diagnóstico institucional, visaram compreender a relação do trabalho com a saúde de trabalhadoras e trabalhadores do sistema socioeducativo, e a partir do referencial teórico e da metodologia adotados, foram investigados os âmbitos de contexto (condições e organização) e relações de trabalho, sendo possível notar que em todos estes há aspectos que produzem sofrimento para estes profissionais. O presente artigo evidencia que ações a partir de um Projeto Universitário de Extensão, Ensino e Pesquisa na área de Psicologia, saúde e trabalho junto com trabalhadoras e trabalhadores da Socioeducação parecem ajudar, porém, isoladamente, não dão conta de sanar esse sofrimento e adoecimento.

Referências

BASTOS, C. **Saúde do Trabalhador**: um estudo com servidores da Socioeducação. Qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRASIL. Constituição do Brasil [1988]. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei 12.594 de 12 de janeiro de 2012**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional [...]. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Levantamento anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

BRUNING, C.; RAGNINI, E. C. S.; LUZ, L. B. S.; Psicologia e Trabalho: relato de pesquisa empírica sobre trabalho e saúde na Socioeducação. *In*: POLLI, G. M.; TAGLIAMENTO, G. **A pesquisa e a prática na formação em Psicologia**: graduação e pós-graduação. Curitiba: Juruá, s/d.

BRUNING, C.; RAGNINI, E. C. S.; MORABITO, J. T.; BASTOS, C. Trabalho e subjetividade na Socioeducação. *In*: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7., 2021, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: CBEO, 2021.

BRUNING, C.; RAGNINI, E.C.S.; BEZUSKA, A. S. H.; CODUTTI, G. ; ARAUJO, H. A.; TEMPORAL NETO, J.; SOUZA, K. A. T.; LUZ, L. B. S. Reflexões sobre a atuação da psicologia em saúde do trabalhador: relato de experiência de intervenção em instituição de Socioeducação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2018, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: CBEO, 2018. p. 1-7.

COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. M. Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da (in)competência. *In*: COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. do (org.). **Pivetes**: encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá, 2008. p. 57-69.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública**: referências para atuação da(o) psicóloga(o). Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

FARIA, J. H. **Poder, controle e gestão**. Curitiba: Juruá, 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUIRADO, M. Em instituições para adolescentes em conflito com a lei, o que pode a nossa vã psicologia? *In*: BRANDÃO, E. P.; GONÇALVES, H. S. (org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU, 2004b. p. 249-276.

GUIRADO, M. **Psicologia institucional**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2004a.

GUIRADO, M. Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 323-333, 2009.

GURALH, S. A. O processo de investigação acerca da prática profissional em um centro de Socioeducação, a partir da utilização do grupo focal. **Revista Varia Scientia**, v.10, n.17, p. 89-101, 2010a.

GURALH, S. A. **O regime de privação de liberdade sob enfoque da Socioeducação: experiência do Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010b.

HERCULANO, J. A. H.; GONÇALVES, M. C. Educador social: segurança e socioeducador, a conciliação. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 74-101, 2011.

KUPFER, M. C. O que toca à/a Psicologia Escolar. *In*: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (org.). **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 55-65.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações, instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
LOURAU, R. **A análise institucional**. São Paulo: Vozes, 1995.

MENDES, R. Conceito de patologia do trabalho. *In*: MENDES, R. (org.). **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, 2007. v.1. p.47-92.

PALMA, P. C.; NEUFELD. C. B. Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Terapia Cognitiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 55-61, 2011.

PARKER, I. **Qualitative Psychology: introducing radical research**. England/EUA: Open University Press, 2005.

PERES DA COSTA, R. Representações sociais do trabalho do Educador Social de Socioeducação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE / I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC, 2011.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

RAGNINI, E. C. S. **Saúde mental no trabalho – sujeito, sintoma e clínica:** por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador. 2014. Tese 194 f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

RAGNINI, E. C. S.; DARRIBA, V. A. O campo da saúde do trabalhador sob o crivo do mal-estar como fundamento ético. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 707-724, 2017.

RODRIGUES, E. C. C. Pane no sistema: o cenário nacional nos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista Epos**, v. 6, n. 2, p. 70-97, 2015.

SANTOS, W. L.; SILVA, M. A. O educador social: uma função socioeducativa ou de segurança? **Revista de Serviço Social**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 102-123, jul./dez. 2011.

SÃO PAULO. Fundação Estadual de Bem Estar do Menor. **FEBEM:** um novo olhar. 2021. Disponível em: <http://www.dialogue.com.br/web/sites/febem/frames/p01.html>. Acesso 10 out. 2021

SOARES, L. M. B. **Trabalho e estresse:** um estudo com agentes socioeducativos. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, V. L. T.; VENÂNCIO, M. M. R. Os sentidos atribuídos à medida socioeducativa de liberdade assistida por jovens em conflito com a lei e seus socioeducadores. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 32, p. 163-185, jun. 2011.

Recebido: 13.12.2021

Aceito: 03.12.2021



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).